

as decisões cruciais: DEMOCRACIA no BESTIALIZAÇÃO

O significado das decisões cruciais sobre o futuro do sistema político brasileiro não se restringe aos graus de legitimidade que as eleições diretas para Presidente da República propiciam para a prática de uma política que resgate o país de sua pior crise, nem aos soavados argumentos de que a crise é o pior momento para a tomada das referidas decisões, do que decorreria a manutenção do sistema — não chame-se a isto de eleições — das indiretas.

Através de múltiplos percalços, entre os quais se inclui a dura repressão destrutora da identidade social, a sociedade brasileira logrou construir um sistema de referências políticas simbólicas, no centro do qual a democracia é a chave, que surpreende o observador pessimista atento apenas às dificuldades da sobrevivência material das classes e grupos de pessoas, assolados por uma inflação anual que já ultrapassou os 200%. Esse sistema de referências é, ele mesmo, um signo de uma sociedade de massas trabalhada pela modernidade, e dele não está ausente, senão que é uma de suas condições básicas, o intenso desenvolvimento da comunicação de massas.

Esta sociedade de massas pobre que não teve tempo de transitar por uma sociedade de classes — é uma sociedade de classes em que a representação se dá pelos meios da sociedade de massas — logrou elaborar uma referência universal, a democracia, depois de atingida pelos regimes que se sucederam desde o golpe de Estado de 1964 no coração mesmo de seus processos de identificação social. Ela retira da sociedade de massas talvez seu melhor produto; essa identificação que não percorre apenas os sendeiros das classes e das situações materiais que lhes são peculiares, lição que deveria ser aprendida pelos que representam ou querem representar o povo.

Essa modernidade não deixa, entretanto, de ser ambígua, decorrência mesma de seu rápido trânsito e de sua conformação pela cultura de massa. Ela comporta também os riscos do atendimento aos apelos de outros referenciais universalizantes: o apelo ao pânico da violên-

cia generalizada e indiscriminada, ao qual se contraporía uma ordem, mais violenta ainda, aparentemente dirigida contra os marginais e os assaltantes quotidianos. Esta sempre foi, classicamente, uma das condições para o fascismo. Quando as estações de rádio disputam a peso de ouro — 22 milhões de cruzeiros mensais contrapostos ao salário-mínimo de 57 mil cruzeiros — o contrato dos Gil Gomes arautos da violência privada, as bestas do Apocalipse estão quase nas ruas. Falta apenas transformá-la em violência pública oficial. Entre nós, digamos sem rebuços, esta é a fonte de força dos malufismos lobo em pele de cordeiro.

Por isso, as decisões cruciais de hoje não têm apenas valor tático, seja ele um novo escamoteamento imposto pelo regime, seja o acabamento da biografia política de alguns, ou mesmo uma visão imediatista da legitimidade: elas têm uma importância estratégica, iniludível. De sua resolução sairá a resposta ao enigma da modernidade da sociedade de massas no Brasil. O desafio de construir uma sociedade democrática onde a democracia se constitua no campo de lutas das transformações econômica, social, política e cultural, ou uma sociedade de massas decepcionada pelo logro da usurpação de seu referencial simbólico, presa inerme das aventuras totalitárias, escárnio de sua própria modernidade, o algoz se apresentando como salvador.

Para além das querelas paroquiais, das veleidades biográficas e do minueto conservador, as *eleições diretas já* não são apenas a impaciência de uma conjuntura: elas podem ser a chave da impaciência de um futuro democrático e radicalmente transformador. O desafio posto à sociedade brasileira talvez não tenha paralelo histórico: a chance de transformar um processo massificador num processo liberador. Nossa oportunidade histórica, nacional e coletiva, está jogada: além do Rubicão, se nos oferece o imenso campo da democracia como forma de luta e de transformação ou a cacofonia eletrônica dos Goebels históricos da impotência coletiva.